

**LEI Nº 3.188, DE 06 DE MARÇO DE 2012.**

(Revogada pela Lei nº 3.5045/2018)

**~~DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE  
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR  
AO ORÇAMENTO VIGENTE DO  
MUNICÍPIO DE ALEGRE.~~**

— Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, **APROVOU** e eu Prefeito Municipal **SANCIONO** a seguinte Lei:—

**Art. 1º** — ~~Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Alegre, para o exercício de 2012, de acordo com o disposto no Art. 40, 41, 42 e 43 da Lei Federal 4.320 de 17 de Março de 1964, no valor de até R\$ 1.166.113,91 (Um milhão cento e sessenta e seis mil cento e treze reais e noventa e um centavos) através da seguinte dotação:~~

020	Secretaria Municipal de Educação	
020004	Convênios e Programas de Educação	
020004.12	Educação	
020004.12361	Ensino Fundamental	
020004.123610026	Estruturação e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	
020004.123610026.1.092	Construção, Ampliação de Quadras, Escolas e Muros	
020004.123610026.1.092.344905100	Obras e Instalações	1.166.113,91

**Art. 2º** — ~~Serão utilizados como fonte de recursos para fazer em face de abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º desta lei o excesso de arrecadação com as receitas provenientes dos Convênios firmados entre o Município de Alegre e a Secretaria Estadual de Educação — SEDU, conforme Parecer Consulta TCEES 028/2004, conforme disposto:~~

1 — ~~Recursos do Convênio SEDU no valor de R\$ 1.166.113,91 (um milhão cento e sessenta e seis mil cento e treze reais e noventa e um centavos), firmado entre o Município de Alegre e a Secretaria Estadual de Educação — SEDU, destinado à construção, reforma e ampliação do “CEMEI RUTH ALICE” no Município de Alegre-ES;~~

**Art. 3º** — ~~O objeto do convênio mencionado nesta lei refere-se à execução de obras de reforma e ampliação do “CEMEI RUTH ALICE” no município de Alegre-ES.~~

**Art. 4º** — ~~Fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário e financeiro que se refere o § 5o, do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, por se tratar de despesa custeada com recursos específicos do convênio e de dotações consignadas no orçamento.~~

**Art. 5º** — ~~Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação~~

Alegre (ES), 06 de março 2012.

**JOSÉ GUILHERME GONÇALVES AGUILAR**

— **Prefeito Municipal**